

ENTRE A ARTE E A POLÍTICA: BARREIRAS EDUCACIONAIS NO NOVO ENSINO MÉDIO

BETWEEN ART AND POLITICS: EDUCATIONAL BARRIERS IN THE NEW HIGH SCHOOL

João Vítor Rebelatti (UNISAGRADO - vitorrebelatti@outlook.com)

Valéria Biondo (UNISAGRADO - vbiondo@unisagrado.edu.br)

Eixo temático: 3 - Políticas e Práxis no Ensino Médio

Categoria: Comunicação Oral

Resumo:

Essa pesquisa busca compreender como a reforma do ensino médio, homologada pela Lei 13.415, de 2017, afetará o ensino de artes nessa etapa da Educação Básica, através de um estudo de base bibliográfica e de análise exploratória. Verifica-se que o sistema educacional carece de investimentos, falta de estrutura e desinteresse dos alunos, principalmente no ensino médio, a etapa que mais necessita de atualizações. Os resultados dessa pesquisa apontam os principais desafios da Educação na contemporaneidade e as mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio, como o aumento da carga horária e os novos itinerários formativos. Entretanto, a reação desfavorável da comunidade escolar, devido aos pontos negativos identificados, como a ampliação de desigualdades e a baixa complexidade da medida, resultou em diversas alterações e no atraso da sua implementação. As preocupações também incidem sobre o ensino de Artes, que durante os últimos tempos enfrentou diversos desafios como a carga horária reduzida e a pouca valorização da disciplina de Artes, diretamente relacionada com a formação integral dos alunos. Sendo assim, a medida ainda gera diversas incertezas em relação ao futuro da disciplina e a sua presença no Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: Arte. Educação. Ensino Médio.

Abstract:

This research seeks to understand how the reform of secondary education, approved by Law 13.415 of 2017, will affect the teaching of arts at this stage of basic education, through a study based on bibliography and exploratory analysis. It was found that the educational system lacks investment, structure and student interest, especially in secondary education, the stage that most needs updating. The results of this research point to the main challenges facing education in contemporary times and the changes proposed by the New High School, such as the increase in the workload and the new training itineraries. However, the unfavorable reaction of the school community, due to the negative points identified, such as the widening of inequalities and the low complexity of the measure, resulted in several changes and a delay in its implementation. Concerns have also been raised about arts teaching, which has faced a number of challenges in recent times, such as the reduced workload and the lack of appreciation for the arts subject, which is directly related to students' comprehensive education. As such, the measure still generates a number of uncertainties regarding the future of the subject and its presence in the New High School.

Keywords: Art. Education. High School.

1. Introdução

Atualmente, a hipótese mais aceita para explicar as pinturas rupestres teoriza que o homem primitivo pintava um animal nas paredes das cavernas, pois acreditava que esse ritual facilitaria a sua caça. De certa maneira, esse homem acreditava que isso contribuiria para a sua sobrevivência. Destarte, a arte esteve presente desde o início da humanidade e hoje, contribui para que se conheça mais sobre a cultura e a vida dos povos antigos e pré-históricos. Da mesma

maneira, a transmissão de conhecimentos em Artes também faz parte da história, como na relação mestre-aprendiz, onde habilidades e técnicas são passadas de uma geração para a outra. Ao falar sobre as linguagens artísticas, como as artes visuais, a música, a dança e o teatro, é possível retornar às práticas mais antigas da humanidade, como exemplo a arte ritualística dos povos primitivos. Entretanto, ao mencionar o ensino das Artes na educação escolar, seu debate é muito mais recente do que se imagina. Durante o final do século XIX, o ensino do desenho chega às escolas primárias e secundárias, estando orientado principalmente pela sua aplicação utilitária, influenciado pelos modelos predominantes fora do Brasil. Posteriormente, na primeira metade do século XX, instituiu-se o ensino de música, de canto orfeônico e de trabalhos manuais.

Desde então, o ensino de arte passou por uma série de mudanças, até que, no dia 20 de dezembro de 1996, a Lei 9.394 estabelece a obrigatoriedade do ensino de Artes, definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) as quatro linguagens artísticas artes visuais, música, dança e teatro. Entretanto, a disciplina enfrenta muitos desafios, como a carga horária reduzida, a falta de material e a anemia teórica. Para comprovar a importância do ensino de Artes no processo de aprendizagem, os professores de Artes precisam superar esses desafios para que a disciplina seja vista como uma área do conhecimento tão importante quanto qualquer outra disciplina.

De acordo com Vieira (2011, p. 6) “o ensino de artes vem sofrendo modificações ao longo da história das reformas educacionais, percebe-se que a arte é pouco valorizada e sofre certo preconceito no espaço escolar”. Dessa forma, é possível perceber que a disciplina ainda luta para conquistar seu espaço dentro do currículo escolar e para demonstrar a sua importância para o processo de aprendizagem do aluno.

É importante reconhecer a contribuição das Artes para a formação integral do aluno, uma vez que contribui para o seu desenvolvimento cognitivo e de outras competências, como criatividade, individualidade e senso crítico. Para que esses processos ocorram, o professor de artes desempenha um papel fundamental, sendo o responsável por garantir que seus alunos explorem diversas possibilidades. Para Pimentel (2017, p. 4) “é preciso que essas aulas sejam diversificadas, tanto em relação às atividades quanto em relação aos conceitos e fundamentações teóricas e técnicas necessárias à construção de conhecimento em arte”.

Mesmo presente em todas as etapas da Educação Básica, é no Ensino Médio que a disciplina perde um pouco de força, principalmente pelo modelo tradicional do ensino de Artes, percebido ainda hoje em dia, que reflete no desinteresse dos alunos, na precarização do ensino e no afastamento da disciplina em relação ao cotidiano dos jovens.

Além disso, o ensino médio também esteve enfrentando nos últimos anos uma série de problemas, como a baixa qualidade do ensino, o desinteresse dos jovens e o aumento da evasão escolar. A reforma do ensino médio, estabelecida pela Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, propôs mudanças para essa etapa da educação básica. Porém, desde a sua homologação, a reforma educacional dividiu opiniões quanto a sua implementação, levantando o questionamento sobre qual a escola que atende às necessidades do mundo atual. A questão destacada é se o Novo Ensino Médio é uma resposta a essa crise educacional ou se é apenas mais uma tentativa de profissionalizar essa etapa da educação básica, visando a produção de mão-de-obra.

2. Objetivos

2.1. *Objetivo Geral:*

Investigar as principais mudanças introduzidas pelo Novo Ensino Médio, especialmente para a disciplina Artes, explorando os benefícios e as dificuldades enfrentadas durante a implementação dessa política educacional.

2.2. Objetivos Específicos:

- Examinar o papel do professor de Artes nesse novo contexto educacional, destacando se a sua formação acadêmica está sendo adaptada para atender às novas exigências do currículo do Novo Ensino Médio;
- Analisar o impacto dessa política educacional na formação cultural e cidadã dos estudantes;
- Debater o impacto da mudança para o ensino da disciplina de Artes e o seu espaço nos novos itinerários formativos.

3. Metodologia

Essa pesquisa, de natureza bibliográfica e exploratória, procura compreender as principais mudanças após a homologação da Lei 13.415, de 2017, que altera a Lei 9.394/96. Busca-se compreender as alterações que estão ocorrendo com a implementação do Novo Ensino Médio. Além de compreender como a disciplina Artes está sendo afetada por essa política educacional.

Destarte, serão abordados temas relacionados à Educação e ao ensino das Artes no contexto escolar, promovendo sua contextualização histórica, que traçará uma linha evolutiva ao longo das décadas. Da mesma maneira, a pesquisa procura compreender qual o futuro da disciplina Artes no Novo Ensino Médio.

Também serão explorados os marcos normativos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), visando compreender de que maneira essa legislação aborda o ensino de Artes. Essa análise busca obter uma visão sobre as diretrizes e objetivos estabelecidos em relação a disciplina Artes, com o intuito de propor uma discussão sobre sua presença no contexto educacional brasileiro, identificando os desafios e as barreiras ainda enfrentadas atualmente.

Essa pesquisa destaca a relevância da arte-educação no processo de aprendizagem, sendo assim, uma das principais referências para o desenvolvimento deste estudo é a arte-educadora Ana Mae Barbosa (1995), sintetizadora da Abordagem Triangular. Além da sua notável contribuição para o ensino de artes, ao fundamentar-se nos princípios orientadores de Fazer, Ler e Contextualizar, observa-se a aplicação dessa metodologia nas aulas de Artes.

4. Resultados

Os resultados provenientes dessa pesquisa estão divididos em duas seções: contextualização histórica e implicações práticas. O objetivo dessa divisão busca proporcionar uma melhor compreensão e organização das informações abordadas em cada uma delas.

4.1. Contextualização Histórica

Para o liberalismo, a Educação é um instrumento fundamental para o crescimento econômico do país. Nesse contexto, o ensino dos desenhos nas escolas primárias e secundárias no

final do século XIX e início do século XX, possuía um propósito utilitário, visto como uma forte ferramenta para o progresso industrial. De acordo com Ferraz e Fusari (1999, p. 30) “o ensino do desenho nas escolas primárias e secundárias fazia analogias com o trabalho, valorizando o traço, o contorno e a repetição de modelos que vinham geralmente de fora do país”.

O ensino de Artes coincide com o período de grandes mudanças educacionais do século XX. Durante a primeira metade do século XX, as matérias de música, de canto orfeônico e de trabalhos manuais são integradas ao currículo escolar. Durante o período da Escola Nova, o professor de arte tinha a função de estimular o processo de experimentação a fim de permitir total liberdade criativa do aluno. Em 1948, Augusto Rodrigues, artista plástico e professor de arte, fundou a primeira Escolinha de Arte do Brasil, no Rio de Janeiro. O movimento escolinhas de arte tornou-se um marco para o ensino de Artes, valorizando o processo criativo e a experiência artística em diferentes linguagens artísticas, como artes visuais, música, dança e teatro.

Durante a ditadura militar, a tendência tecnicista reintroduziu aspectos técnicos na educação, o que resultou na exploração dos professores de arte e na configuração tecnicista da disciplina. O cenário é agravado após a reforma das escolas de 1º e 2º grau pela Lei 5691/71, por conseguinte, a educação artística passou a fazer parte dos currículos como uma atividade educativa. De acordo com Vieira (2011, p. 4) “a educação artística propunha a valorização da tecnicidade e profissionalização, preocupando-se somente com a expressividade individual sem se aprofundar nos temas emergentes da arte”.

A partir da aprovação da Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, o ensino de Artes se tornou obrigatório, abrangendo quatro linguagens artísticas: artes visuais, música, dança e teatro. O trabalho sintetizado pela arte-educadora Ana Mae Barbosa também foi fundamental para o futuro da disciplina. A Abordagem Triangular, como ficou conhecida, é formada pelos três eixos norteadores: fazer, ler e contextualizar. Posteriormente, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), diretrizes destinadas a guiar o trabalho dos professores, também introduziram na disciplina Artes os mesmo três eixos norteadores, porém com outros nomes: produção, conhecimento artístico e fruição.

4.2. Implicações Práticas

Após duas décadas sem grandes mudanças, a reforma do ensino médio aparenta trazer transformações para o ensino de Artes. Com a Lei 13.415, de 17 de fevereiro de 2017, a disciplina Artes perde espaço dentro do ensino médio, não estando presente em todos os anos dessa etapa e participando apenas do itinerário formativo Linguagens e suas Tecnologias.

Essa reforma educacional implica em novos desafios para a disciplina e em como o professor de Artes conseguirá superá-los. O futuro do ensino de Artes está ligado aos itinerários formativos e às disciplinas eletivas, possibilitando a integração dos conhecimentos e práticas artísticas articuladas com outras áreas do conhecimento, por meio de projetos, oficinas ou grupos de estudo. Entretanto, a integração da disciplina no itinerário formativo indica que o seu conteúdo ocupa ainda menos espaço nos livros didáticos.

A insatisfação com o Novo Ensino Médio não se restringe às aulas de Artes, mas afeta toda a comunidade escolar em todas as áreas do conhecimento, o que ocasionou na suspensão do cronograma de implementação durante o último ano, além de diversas mudanças para que essa não fosse apenas outra reforma que falhou. Entre as últimas mudanças, Rodrigues e Barbiéri (2024) pontuam aspectos da versão final do Novo Ensino Médio. A reforma inclui o aumento da

carga horária das disciplinas optativas para 600 horas e das disciplinas obrigatórias para 2.400 horas, que engloba português, matemática, inglês, artes, ciências da natureza e ciências humanas. Outra mudança significativa é a obrigatoriedade dessas disciplinas nos três anos do ensino médio. Além disso, o texto faz referência à não obrigatoriedade da disciplina de espanhol, estabelece que cada escola deve oferecer no mínimo dois itinerários e também trouxe mudanças para o ensino à distância, o ensino técnico e o ensino noturno.

5. Conclusão

A Educação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, portanto, é necessário oferecer uma proposta educacional alinhada aos princípios da inclusão, da democracia e que supere os desafios contemporâneos. De fato, considerando as recentes mudanças sociais, como a globalização e a rápida evolução da tecnologia, é imprescindível formular maneiras de adaptar o currículo escolar às novas gerações, visto que os modelos tradicionais de ensino enfrentam cada vez mais desafios para atender às necessidades da sociedade contemporânea.

O Novo Ensino Médio registrou uma ampla desaprovação da comunidade escolar, principalmente devido aos pontos negativos identificados, como a ampliação das desigualdades sociais, a baixa complexidade e a falta de estrutura dos itinerários formativos, a ausência de ajustes na formação inicial dos professores e a descaracterização das disciplinas. O impacto dos interesses financeiros na Educação privilegia aspectos econômicos em detrimento de uma educação de qualidade e acessível. Além do que a premissa do protagonismo dos jovens nas escolhas da sua vida escolar não parece convencer aqueles que chamam o Novo Ensino Médio de uma política educacional impositiva e antidemocrática. Também é essencial reconhecer que qualquer reforma educacional não deve comprometer a autonomia das escolas, incentivando a implementação de abordagens inclusivas e participativas para toda a comunidade escolar, além de abranger diversas esferas da Educação, desde a formação dos futuros professores até a construção de um currículo desvinculado de uma única ideologia.

Em relação às mudanças que ainda vão acontecer, destaca-se a ampliação da carga horária na formação básica, composta pelas competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018, e na carga horária dos itinerários formativos. No entanto, o processo de transição pode demandar um período significativo, sendo que algumas alterações estão previstas para até 2029.

Abordar o tema ainda parece como caminhar no escuro, sendo constantemente bombardeado por notícias sobre novas mudanças. No entanto, parece difícil de convencer que elas indicam uma melhoria da educação básica; pelo contrário, tais mudanças parecem aumentar ainda mais as preocupações sobre o futuro incerto do ensino médio. A mesma preocupação paira sobre a disciplina Artes, presa em um ciclo repetitivo. Se antes a disciplina já não tinha uma presença forte no ensino médio, agora, parece ocupar um espaço ainda menor.

A proposta de integrar Artes com outras disciplinas parece ser uma possibilidade viável, permitindo que os alunos explorem conexões entre diferentes áreas do conhecimento. Entretanto, para que essa relação seja bem-sucedida, é fundamental reconhecer as linguagens artísticas não como ferramentas para facilitar o entendimento do aluno em outras disciplinas, mas como áreas de conhecimento distintas. Em suma, Artes deve ser concebida com a mesma importância dada às outras disciplinas, considerando a sua contribuição na formação integral do aluno,

desempenhando um papel fundamental para a consciência cultural do indivíduo e do local no qual ele está inserido.

Desse modo, a disciplina Artes está intimamente ligada à percepção do mundo, ou seja, ao afastá-la do contexto do aluno, priva-se o jovem de explorar e compreender mais profundamente o ambiente ao seu redor. Sendo ainda inapropriado dividir o conhecimento entre dispensável e indispensável, atribuindo maior importância a algumas matérias do que a outras. Ao considerar a educação, deve-se lembrar da plenitude do ser humano.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. 3^a ed. São Paulo: Perspectivas, 1995.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**: 1996

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**: 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Currículo. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL, **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FERRAZ, Maria Heloísa; FUSARI, Maria Felisminda. **Metodologia do Ensino de Arte**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. **Abordagem Triangular e as narrativas em si: autobiografia e aprendizagem em arte**. Revista Gearte, v.4, n.2, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/71493/43534>. Acesso em: 11 mar. 2023.

RODRIGUES, Paloma; BARBIÉRI, Luiz. **Câmara aprova versão final do novo Ensino Médio e envia texto para sanção; espanhol não será obrigatório**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/09/camara-aprova-versao-final-do-novo-ensino-medio-e-envia-texto-para-sancao-espanhol-nao-sera-obrigatorio.ghtml>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VIEIRA, Marcilio. **As reformas educacionais e o ensino de artes**. Revista Cocar, v.5, n.10, p. 65-72, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/197/171>. Acesso em: 12 jul. 2023.